



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo n° 10073.720805/2013-04
Recurso Voluntário
Acórdão n° 2301-009.868 – 2ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de setembro de 2022
Recorrente FERNANDO DELGADO DE AVILA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Exercício: 2009

RECURSO VOLUNTÁRIO INTEMPESTIVO. NÃO CONHECIMENTO.

Não será conhecido o Recurso Voluntário apresentado após o prazo de trinta dias contados da data de ciência da decisão de primeira instância.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Sheila Aires Cartaxo Gomes – Presidente

(documento assinado digitalmente)

Mônica Renata Mello Ferreira Stoll –Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Flavia Lilian Selmer Dias, Fernanda Melo Leal, João Maurício Vital, Maurício Dalri Timm do Valle, Mônica Renata Mello Ferreira Stoll, Wesley Rocha, Thiago Buschinelli Sorrentino (suplente convocado) e Sheila Aires Cartaxo Gomes (Presidente).

Relatório

Trata-se de Notificação de Lançamento (e-fls. 12/17) lavrada em nome do sujeito passivo acima identificado, decorrente de procedimento de revisão de sua Declaração de Ajuste Anual do exercício 2009, no qual se apurou: Dedução Indevida com Despesa de Instrução e Dedução Indevida de Pensão Alimentícia Judicial e/ou por Escritura Pública.

A Impugnação apresentada (e-fls. 93/98) foi julgada Improcedente pela 6ª Turma da DRJ/CTA (e-fls. 105/114).

Cientificado do acórdão de primeira instância em 13/03/2019 (e-fls. 117), o interessado interpôs Recurso Voluntário em 13/05/2019 (e-fls. 118/121) indicando a juntada de extratos da conta bancária de Geralda Alves de Ávila junto à Caixa Econômica Federal.

Em 30/05/2019, o interessado anexou nova petição aos autos alegando que seu Recurso Voluntário foi entregue à Receita Federal do Brasil em 09/04/2019, mas que a contadora responsável não obteve o comprovante de recepção no órgão (e-fls. 146/156).

Voto

Conselheira Mônica Renata Mello Ferreira Stoll - Relatora

Inicialmente, impõe-se analisar a tempestividade do Recurso Voluntário.

De acordo com o art. 33, caput, do Decreto 70.235/72, o prazo para a apresentação de Recurso Voluntário é de 30 dias contados da ciência da decisão de primeira instância. Por outro lado, extrai-se de seu art. 5º que os prazos são contínuos e devem começar e terminar em dias úteis, excluindo-se de sua contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

Relevante destacar que a ciência por via postal prevista no art. 23, II, do Decreto 70.235/72 exige apenas a prova de recebimento da Intimação no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo, independentemente de quem a tenha recebido. É nesse sentido a Súmula CARF nº 9, com efeito vinculante em relação à Administração Tributária Federal:

É válida a ciência da notificação por via postal realizada no domicílio fiscal eleito pelo contribuinte, confirmada com a assinatura do recebedor da correspondência, ainda que este não seja o representante legal do destinatário. (Vinculante, conforme Portaria MF nº 277, de 07/06/2018, DOU de 08/06/2018).

Importante ressaltar, ainda, que não há ordem de preferência entre os meios de intimação previstos nos incisos do caput do art. 23 do Decreto 70.235/72, conforme disposto em seu §3º.

No caso em exame, tendo em vista que a ciência da decisão recorrida se deu, por via postal, em 13/03/2019 (e-fls. 117) e que a apresentação do Recurso Voluntário só ocorreu em 13/05/2019, conforme Termo de Solicitação de Juntada (e-fls. 118), não resta dúvida sobre a intempestividade do mesmo. O Despacho de Encaminhamento da Receita Federal confirma as referidas datas (e-fls. 157).

Cumpra ressaltar que não há nos autos nenhuma prova de que o contribuinte tenha interposto Recurso Voluntário em 09/04/2019, não podendo ser acolhida a sua alegação por este Colegiado.

Relevante observar, por fim, que o atendimento da preliminar de tempestividade é pressuposto necessário para que se instaure o contencioso administrativo e, conseqüentemente, sejam analisadas as questões relativas ao mérito do processo.

Dessa forma, voto por não conhecer do Recurso Voluntário por intempestividade.

(documento assinado digitalmente)

Mônica Renata Mello Ferreira Stoll

